

foru m
de coordenadores de pós
em saúde coletiva

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Ciências Médicas – (12 e 13 de maio de 2011)

1º DIA: 12/05/2011

8h30 – Abertura dos trabalhos: Sala da Congregação FCM (1º andar prédio FCM)

Moderadora: Profa. Rosana Onocko (Coordenadora de Pós-graduação – Unicamp)

Prof. Dr. José Barreto Campello Carvalheira (Coordenador de Comissão de Pós-Graduação da FCM/Unicamp); Prof. Dr. Euclides de Mesquita Neto (Pró-Reitor de Pós-Graduação da Unicamp); Prof. Dr. Mario José Abdalla Saad (Diretor da Faculdade de Ciências Médicas - FCM/UNICAMP); Profa. Dra. Marilisa de Azevedo Berti Barros (chefia de departamento do DMPS/FCM/Unicamp); Profa Dra Maria Lúcia Bosi (Coordenadora do Fórum Nacional de PGSC); Prof. Dr. Luiz Augusto Facchini (Presidente da ABRASCO).

Facchini: Referência ao crescimento da área de Saúde Coletiva e importância do Fórum de coordenadores de PPG-Saúde Coletiva, no qual costumam estar presentes não apenas os coordenadores de PPG, mas também representantes da área junto à CAPES e representantes de CA do CNPq. O crescimento da área pode ser observado com o recente lançamento de volume especial do Lancet sobre saúde dos brasileiros, o qual, segundo os participantes, poderá aumentar a visibilidade da produção científica brasileira internacionalmente.

Rita Barradas: salienta que a CAPES não fará avaliações anuais nesse triênio, com isso os coordenadores poderão se debruçar em temas relevantes para a pós-graduação em SC, como formação de alunos e outras questões que não estão diretamente relacionadas com índices e indicadores de qualidade ou produção.

Apresentações Individuais de todos os coordenadores e representantes de PPG-SC presentes.

Informe e indicação de relatores

Informe Mini-Congresso - Profa. Dra. Mariângela Cherchiglia (UFMG)

Mini-congresso foi organizado durante o V Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, realizado entre 17-20 de abril de 2011, contando com a participação de 7 coordenadores de PPG-SC. Os coordenadores concordaram com a avaliação de que existe boa interlocução com a CAPES e que o Fórum de coordenadores tem ampliado a capilaridade de debates importantes para os PPG-SC. Os participantes ressaltam que os coordenadores e o

Fórum tem se debruçado prioritariamente em questões relativas à avaliação da CAPES, sendo necessário mudar o foco para questões importantes acerca do campo da SC e da formação de alunos pelos programas de pós graduação.

Questões importantes para discutir no Fórum são as sub-áreas do campo , o qualis periódicos, a revisão das taxonomias adotadas pelas agências governamentais, critérios para distribuição de bolsas, produtividade etc. Participantes sugerem a importância de aprimorar o apoio do Fórum aos novos programas e novos coordenadores. Outra sugestão refere-se à importância de incluir documentos diversos de referência no site do Fórum, permitindo a atualização e produção de documentos que possam estar disponíveis na biblioteca do site.

Kenneth esclarece que anteriormente não era necessário ter essa recuperação histórica, pois os coordenadores dos programas eram membros da ABRASCO, o que não ocorre mais, com novos coordenadores e novos programas, os mesmos não acompanharam as mudanças históricas da área.

Maria Novaes propõe que no próximo fórum sejam indicados novos coordenadores do Fórum, considerando que Malu e ela já atuam nesse cargo desde final de 2007, quase 4 anos. Na época, quando foi criada essa coordenação, não foi estabelecida a duração dos mandatos, essa é uma discussão necessária. Apóia a sugestão de ser criado um “kit novo coordenador”, que deveria conter documentos de referência e outros materiais de apoio para novos coordenadores.

Mariângela salienta a contribuição que a renovação dos coordenadores dos programas permite ao Fórum, de contínua renovação da área de Saúde Coletiva.

Rosana Onocko informa que os tópicos elaborados nesse mini-congresso estão contemplados na agenda do Fórum

Informe ABRASCO – Luiz Antonio Facchini e Carlos Silva

Facchini informa que as questões elaboradas no mini-fórum são elementos-chave para a área, e refere a importância de rever o histórico da ABRASCO e sua participação no fomento de PPG-SC no Brasil, mencionando que se trata de uma entidade única para o Brasil e América Latina (aonde não existe esse tipo de entidade acadêmica e científica inicialmente voltada para PPG, e agora também para graduação em SC)

Ressaltou que ainda existe debate se SC seria um campo; Facchini salienta que sim, é um campo único que engloba epidemiologia, planejamento e gestão, políticas públicas e ciências sociais e que ultrapassa em muito os muros acadêmicos. Ressalta-se que esse campo inovador se constitui com uma configuração política que passou pela ditadura militar. Os membros da ABRASCO se congregam para articular de forma acadêmica e científica o avanço da área de SC. Os sócios institucionais detêm 50% dos votos da ABRASCO, tendo direito e dever de voto (e veto), contribuindo com os rumos da PPG-SC no país.

Facchini salienta que **todos** os PPG-SC deveriam estar vinculados à ABRASCO, de forma a estarem representados e participando das decisões e dos rumos pactuados para o campo. A importância da participação de alunos nos fóruns da ABRASCO é reforçada. É feito informe de que durante o próximo congresso de epidemiologia haverá reunião da ABRASCO e todos os membros estão convidados.

Carlos Silva: Declarou sua satisfação em participar do fórum, objetivando acompanhar as idéias e torná-las factíveis para o campo. Foram compiladas todas as sugestões dos últimos fóruns, o material está disponível na página. Existe desejo de os PPG-SC participarem dos GTs da ABRASCO, há necessidade de repensar a constituição dos GTs e como trazer outros sócios institucionais para a ABRASCO. A situação de inadimplência de sócios é ressaltada, informando-se que existem apenas 30 sócios adimplentes no momento.

Informe Capes – Rita Barradas (Representante CAPES)

Informa que apesar de ter permanecido a mesma direção na CAPES, nem todas as áreas já estão com coordenadores e adjuntos selecionados, não existindo canais de decisões estabelecidos, para além do contato direto com a presidência da CAPES. Rita refere uma grande preocupação com relação às bolsas, uma vez que não existe postura institucional da direção acerca do problema. Salienta que o fórum de coordenadores tem força política para influenciar e pressionar por mudanças, por ser bastante organizado e ter força política para tal.

10h30 – 11h45 - Mesa: A Pós-Graduação em Saúde Coletiva no contexto atual

Moderadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Bosi

Expositor convidado: Gastão Wagner de Sousa Campos

Ênfases: revisar o contexto atual e identificar as interfaces do campo da Saúde Coletiva. Palestrante salienta a importância da criação desse fórum, o qual é singular da área de SC. Conseguiu-se criar uma postura paradigmática diante da política hegemônica de Ciência e Tecnologia do país e singular ao comparar-se com outras áreas de avaliação da CAPES. A hipótese a ser discutida na apresentação é que essa política hegemônica apresenta contribuição positiva, mas há sinais, sintomas e evidências de esgotamento dessa política. Sintomas:

- Professores não estão suportando mais a pressão;
- A política de pós-graduação considera que um bom professor deve ser um bom pesquisador, mas não é dado o peso necessário para aquele que é um excelente orientador e/ou docente, embora possa não estar envolvido diretamente com pesquisa;
- É necessário propor uma *reforma dentro da ordem*, embora toda a prudência seja necessária para propor uma reformulação que não destrua as iniciativas positivas

A política hegemônica tem fundamentos que devem ser questionados:

1. A primazia da razão tecnológica;
2. Adoção de modelo de gestão baseado em resultados, modelo que leva ao esgotamento dos trabalhadores e reducionismo do que consideramos produção. Não existe indicador que consiga mensurar nossa pluralidade
3. Atualmente avaliamos os PPG-SC e os docentes que o compõem através de parâmetros de meritocracia e competitividade, ou seja, avaliamos o que produzimos, não como produzimos e muito menos quais os problemas diante dos quais temos nos debruçado;

Gastão menciona diversos pensadores – dentre os quais Kant, Aristóteles e Marx – para salientar a importância de pensarmos nosso conhecimento acumulado, forma de produção, objetos de estudo e muitas questões que não são passíveis de serem avaliadas pelos indicadores postos, os quais se dedicam exclusivamente a mensurar a produção, o produto final e não todo o processo de produção do conhecimento.

A título de exemplo, o palestrante menciona a importância de termos uma lei geral, do tipo “é proibido matar”, atividade que deve ser passível de punição. No entanto, se um espartano matasse um persa, povo inimigo, receberia uma medalha e não encarceramento. Para podermos adotar uma postura maleável que preveja situações nas quais a singularidade possa ser considerada, devemos ter regras gerais, mas permitir certa autonomia para avaliar as diferenças. Essa postura mais flexível é fundamental para o campo da SC. Um desses mecanismos possíveis é o controle por pares, o qual objetiva diminuir os abusos possíveis da avaliação caso a caso, ao mesmo tempo em que observa regras gerais ao realizar uma avaliação. Precisamos lembrar que não é possível fazer ciência só com conhecimento, só com arte, ou só com prática, somos um conjunto de saberes e atividades que trabalham de forma intrínseca. A improvisação na ciência é necessária, para garantir um grau de autonomia de criatividade, mas que é baseada no acúmulo teórico do campo.

O problema é que a racionalidade tecnológica tornou-se o meio e o fim, escondemos inovações tecnológicas ao enviar *papers*, para evitar revisões mais rígidas que podem acontecer quando diante de estudos muito inovadores e fora do padrão pré-estabelecido. A racionalidade tecnológica influencia não só a avaliação da CAPES, mas nossa prática de orientação, docência, práxis de trabalho e produção do conhecimento. Mas é preciso lembrar que nossa área é bastante diversa, ou seja, não é possível avaliar de forma única o programa de Pelotas, USP e UFC, por exemplo.

É preciso muito cuidado ao revertermos a lógica, ou seja, punindo ou premiando conforme os resultados, a meta é o resultado, o indicador é o fim e o começo, não nos debruçamos mais no processo de produção. Esse interesse hegemônico é sintetizado, por exemplo, pela produção

de *papers*, ampliada pela captação de recursos, formação de RH, mas precisamos ter em mente que todo indicador, se for tomado sozinho, reduz.

Para nosso campo de SC, o diálogo e a interlocução entre saberes são importantes. Para que serve nosso campo? Quem estamos formando? O aumento na produção científica é apenas inflacionário (produzimos muito qualquer coisa) ou tem qualidade? Temos uma produção sólida? Em resumo, precisamos aliar avaliação de quantidade com qualidade e para avaliar qualidade teremos que cortar o valor que a quantidade tem para nós.

Um exemplo de avaliação de qualidade é quando a FAPESP nos pede os nossos 5 melhores produtos. Ou seja, nesse momento não importa quantos produtos você tem, o Comitê vai avaliar a qualidade, inovação, relevância social e científica dos produtos que você identifica como seus melhores. Isso facilita o trabalho dos avaliadores e ampliamos a avaliação para a qualidade e não apenas quantidade. Por outro lado, com essa avaliação qualitativa iremos nos deparar com problemas de ideologia (o que é melhor? como mensurar a qualidade?)

Fazer a contabilidade de tudo é um grande problema, e ela influencia avaliação de professores, alocação de prêmios, recursos, formas de orientação e docência e muitas outras dimensões importantíssimas para os PPG-SC. Precisamos reforçar a importância da gestão participativa, da co-gestão. A interpretação da avaliação da CAPES deve ser compartilhada, ou seja, podemos decidir usar alguns indicadores e outros não, ou utilizar determinados indicadores durante um período e depois substituí-los. É preciso ter um olhar crítico, pois cada vez mais os critérios para receber uma bolsa de produtividade, ter projetos financiados etc. é a produção, isso cria um monopólio no qual sempre os mesmos ganham a maioria dos recursos – onde ficam os jovens pesquisadores? Estamos criando um ciclo vicioso e perverso, completamente e adverso aos novos pesquisadores.

Para exemplificar a questão, pensemos na avaliação de hospitais. Encontramos os piores indicadores nos hospitais que atendem populações mais carentes, o que não quer dizer necessariamente que seu desempenho seja pior; podem indicar que a população que utiliza o serviço é mais carente, mais adoece do que os grupos atendidos por outros hospitais. Esses hospitais são, muito provavelmente, os que mais precisam de verba e apoio para treinamento, qualificação, acompanhamento, cursos de formação etc., embora apresentem, quantitativamente, os *piores indicadores de produção*.

Por fim, o palestrante reforça que a universidade e os PPG têm como função de base formar pessoas, a docência é uma questão fundamental. Estamos perdendo nosso foco principal. Embora não devamos ignorar o mercado, não podemos também ficar reféns dessa lógica produtivista. Afinal, o mercado não vai avaliar doenças negligenciadas ou outros temas que não dão ibope e não rendem *papers* publicáveis rapidamente.

Debatedores (as): Profa. Dra. Rita Barradas (CAPES); Prof. Dr. Luiz Augusto Facchini (ABRASCO); Profa. Dra. Maria Lúcia Bosi (Fórum Nacional de PGSC)

Facchini ressalta importância de reuniões itinerantes da ABRASCO, que objetivam a capilarizar os debates. Estamos diante de um dilema e não podemos ter regras tão simplistas, ao mesmo tempo em que um pesquisador e/ou professor em SC não pode estar solto, sem estar submetido a nenhum tipo de acompanhamento e avaliação, uma avaliação estritamente voltada para o produtivismo não é razoável. Em todas as escolas temos colegas que após o doutorado não publicaram nada, isso é inaceitável, dado o investimento feito no indivíduo. Mas precisamos pensar a questão do mérito, que não pode ser apenas uma contabilidade de quantos trabalhos o indivíduo publicou em determinado período. É preciso pensar também qual a relevância social do estudo, qual sua qualidade etc.

Realizar uma avaliação peculiar de cada PPG, sem parâmetro algum é impossível, mas sabemos que as médias escondem os extremos, escondem a diferença. É preciso valorizar a diferença. Quando realizamos a avaliação de contextos complexos (ex: DSS), a modificação de efeito é a regra e não a exceção. Os determinantes sociais de saúde (ou doença) para mulheres não são os mesmos para os homens, compreender e valorizar a variabilidade é importante, controlando os fatores de confusão, aspectos necessários para avaliar adequadamente o problema. A premiação é importante, os incentivos diferenciados são importantes, mas a premiação pode produzir armadilhas, injustiças e efeitos adversos. Se não tivermos maneiras de modelar isso adequadamente, podemos criar um sistema perverso. Um programa nota 3 hoje pode tornar-se nota 7 amanhã, as questões não estão prontas e nós não podemos retroceder. A produção acadêmica com alunos, a formação de novos grupos de pesquisa, a articulação entre diferentes regiões do país, tudo isso é fundamental. Precisamos contextualizar o cenário, de forma a evitar possíveis efeitos adversos. Premiar profissionais com melhor desempenho é uma lógica válida, mas que pode trazer efeitos colaterais adversos. Por exemplo, podemos ter médicos que se recusem a atender pacientes mais graves, de forma a terem sempre bons indicadores, recusando-se, por exemplo, a atender gestantes de alto risco e outros pacientes graves etc.

Precisamos separar quem não produz nada daqueles que produzem pouco, mas têm uma produção de altíssima qualidade e relevância. A participação dos avaliados na avaliação é fundamental. Hoje os nossos pares não estão a nosso serviço, eles têm autonomia e devem ser vistos como nossos parceiros para sinalizar como caminhar melhor no campo. A ABRASCO pode contribuir para esse debate, podendo capilarizá-lo junto aos membros e instituições parceiras e ajudar a levar propostas à CAPES e ao CNPq. A solidariedade entre PPG, pesquisadores e docentes é importante.

Rita Barradas: A política de ensino superior não só no Brasil, como também no mundo está tendo que enfrentar essa discussão. Temos uma questão do pêndulo, saímos de uma situação sem nenhum controle, na qual fazíamos uma avaliação entre amigos da qual já sabíamos a priori quem teria qual nota. Agora fomos para outro extremo no qual as comissões de avaliação têm indicadores e pontos de corte claros, que pretendem promover uma avaliação objetiva. No entanto, precisamos encontrar o meio termo entre essas duas posturas. Temos um problema

relativo à docência vs. Pesquisa. Nossa PG tinha como principal finalidade formar docentes até meados dos anos 80, hoje nos definimos como formadores de pesquisadores. Uma escola médica forma um número de pesquisadores minoritários, ou não estaria formando médicos. Mas a força da pós-graduação está deslocando essa formação apenas para pesquisa, isso é um problema.

Outra questão é como fazer, estamos em uma fase de produtivismo exagerado, buscamos transformar tudo em indicadores quantificáveis, em contraposição com o antigo *laissez faire*. Estas são posturas diametralmente opostas, precisamos buscar um equilíbrio: quanto é bom para a produção da área e quanto isso pode ter um efeito paralisante. Por exemplo, é muito mais fácil reproduzir algo do que ser criativo, estudos muito criativos levam mais tempo para serem produzidos e publicados, ou seja, são mais arriscados diante dessa lógica produtivista. Mas sem esses estudos a ciência fica estagnada e não cresce.

Talvez para o próximo triênio devamos manter o mesmo ponto de corte do triênio passado, dado que a área de SC cresceu muito. Não podemos continuar crescendo e aumentando a exigência infinitamente. Temos tentado imprimir na avaliação um aspecto formativo e não apenas a questão da escala, perfis diferenciados e tamanhos ou contextos dos programas fazem diferença na hora da avaliação. A PG em SC é de excelência e isso pode superar os limites da instituição, ou pode ocorrer o contrário, os limites da instituição podem ser tão grandes que impeçam o crescimento do PPG.

Os problemas são centrais e nós somos um conjunto de professores e pesquisadores que podem participar ativamente da política de pós graduação, mas não estamos levando nossas questões de forma ativa e como poderíamos, objetivando rever os conceitos e modos de avaliação. A direção da CAPES reconhece as especificidades das áreas, uma parte de nossa ação é provocar a discussão, mas existe um processo de mediação feito pelas outras áreas de conhecimento, suas crenças e posturas. É preciso negociar no CTC, com 18 áreas do conhecimento que representam as 47 áreas da CAPES. Estamos tentando influenciar o processo, mas é uma atividade política que tem seus entraves.

Maria Lúcia Bosi: O que é mais importante é que nós não estamos mais agüentando, estamos nos desencantando com essa situação. Mas fomos nós mesmos que inventamos essa opressão sobre a qual nos encontramos, temos que desnaturalizar isso. Para que tudo isso? O controle dos pares é um desafio, principalmente se adotarmos indicadores muito fluidos. No entanto, é uma ilusão pensar que o fato de termos indicadores exclui sujeitos, interesses e poderes. Isso não deve nos furtar de uma avaliação mais qualitativa, temos hoje um modelo medíocre, poderíamos ter avançado mais e ainda podemos.

A questão da co-gestão é central, a ABRASCO avalia A e participa na seleção de pares para os Comitês de Avaliação do CNPq e representações CAPES, indicando a força dos programas. Já se estabeleceu no fórum uma co-gestão ABRASCO e CAPES. O nível de nebulosidade que tínhamos há seis, sete anos atrás mudou bastante. Mas precisamos nos aprofundar junto às

avaliações do CNPq, precisamos construir esse espaço também no CNPq. Isso é uma questão urgente: é imediato reconhecer a influência direta ou indireta da lógica adotada pelo CNPq em nossos PPG. Podemos ser mais efetivos e nos negando a eleger representantes que não tenham compromissos com a pós-graduação em Saúde Coletiva. Ao elegermos nossos representantes nos CA, *estamos elegemos projetos e não pessoas*.

Outro ponto: Não temos uma revista sequer que construa o campo da SC no Brasil que tenha sido eleita como A1; nossas revistas estão desclassificadas, embora sejam processos sociais de compartilhamento de saber. Nosso sistema de avaliação junto ao CNPq é iníquo, quer dizer, hoje pode ser um ônus ser PQ2, é uma rubrica que onera, significa que você não é PQ1, e não que você tem esse perfil e, por distintos motivos, não conseguiu uma bolsa de produtividade em pesquisa nível 1. O campo da SC somos nós, quem frequenta nossos fóruns, congressos etc., mas temos representantes junto ao CNPq que não nos representam e bolsistas PQ-SC no CNPq que não são da área, e jamais orientaram uma tese ou frequentaram nossos congressos. Isso é grave. Até agora fizemos pactuações, precisamos repensá-las, talvez fundando um GT para pensar um modelo multidimensional de avaliação que possa vir a ser reconhecido pela CAPES e, quem sabe, utilizado pelo CNPq.

DEBATES - PLENÁRIA

Kenneth: Caminhamos muito para conseguir manter uma união na área que nos permite ter certo poder político, a socialização de informações nos facilita isso. É uma forma democrática de compartilhar o conhecimento. A avaliação é necessária, mas parece impossível... Precisamos convidar as comissões de avaliação do CNPq para encontrarmos denominadores em comum. A situação junto ao CNPq é mais grave do que na CAPES; lá a avaliação é a coisa mais anti-democrática existente. Na avaliação da CAPES temos a representação de programas com notas 3,4,5,6 e 7. Mas no CNPq só vota pesquisador 1. As mesmo tempo, há muita injustiça, o tamanho da área é imenso para o número irrisório de bolsas disponível. As bolsas são poucas e algumas selecionadas de forma inadequada, existem pesquisadores 1A que não deveriam nem ter bolsa.

É preciso pensar e debatermos o que é ter produtividade em pesquisa. É estreito pensar que pesquisador é apenas o número de suas publicações. Mas o CA também não tem respaldo, as regras são rígidas e perversas. As pessoas só querem fazer o que pontua, orientar alunos não pontua, a não ser que o aluno publique. Dar 1 ou 50 pareceres para a mesma revista pontua a mesma coisa. Existe uma dimensão importante desse problema que é a necessidade de precisarmos parar para pensar que avaliação é essa. Qual é o sentido disso? O que significa ser um bom pesquisador? O que é ser um bom programa de PG? O que é ciência em Saúde Coletiva? Precisamos elaborar um documento, mas precisamos ter uma articulação política que permita que os resultados dessa discussão ganhem aliados.

Leni: O processo de distribuição de bolsas não faz jus ao tamanho da área de SC. Chamo a atenção para o fato de que, de algum modo, temos hoje a oportunidade de assumir outros focos relevantes para a pós-graduação que estão além da avaliação CAPES. Mas a importância da avaliação é tão grande que nos tolhe. Precisamos discutir a questão didática e curricular, precisamos conversar sobre a articulação entre disciplinas, sobre que tipo de aluno estamos formando em nossos PPG. Existe mais disposição para debater incremento de produção e avaliação do que essa questão qualitativa de como estamos formando. Estamos assumindo coletivamente essa decisão. Se não queremos manter essa mediocridade, se queremos nos debruçar sobre inovação, precisamos discutir o que estamos lendo, ensinando, precisamos discutir essa questão. Na SC, pela natureza do campo e sua implicação política, temos que nos comprometer a fazer pesquisa, ensino e cooperação técnica, embora o tripé esteja desequilibrado, fora a pesquisa, o resto é sub-valorizado. Tenho que ser 'masoquista' para participar de atividades e projetos que não irão me render uma alta produtividade como a CAPES e o CNPq entendem produtividade.

Ivan: A PG-SC inclui a idéia de formação de cientistas para a área, existe uma identidade da área que precisa ser lembrada. Existe uma tensão com a área médica e as ciências que estão incluídas no campo de SC. Preocupamo-nos em construir o campo da SC ou estamos nos refugiando em áreas com alta produção, por exemplo, a epidemiologia clínica... Existem periódicos que vemos e nos perguntamos: como essa revista entrou no Qualis da Saúde Coletiva. Esse debate do Qualis periódico não pode parar.

Fernando Telles: Quando pensamos no campo da SC, temos um campo de ciência tradicional, mas também um campo finalístico e coisas que fogem do campo da ciência. É um grande desafio pensar em novos indicadores, e os indicadores bibliométricos precisam ser criticados, devemos substituir a bibliometria estrita da quantidade pela qualidade. Podemos produzir 5 artigos falando a mesma coisa e dois com fatos científicos diferentes.

Aluísio: Acha oportuno que a questão do CNPq, esteja na mesa, a ABRASCO precisa assumir uma liderança sobre os critérios e escolha dos membros dos CA. Nos três anos em que estive no CA, vivi grande desconforto; o CNPq é muito pior do que a CAPES na questão da avaliação. A regra para avaliação de bolsas de PQ está no site, a proposição dos critérios circulou no CA em tempo curtíssimo e não havia espaço para modificar quase nada. Não houve discussão ampla nem entre os membros do CA, muito menos com a comunidade científica ampliada. Espera-se que exista discussão maior agora, com renovação dos CAs. As pessoas são indicadas e escolhidas pelo CNPq, com critérios decididos por eles e não compartilhados. O coordenador do CA é sempre o membro mais antigo, no entanto, ele será o próximo a sair, seu mandato é o mais próximo de terminar. O coordenador deveria ser alguém que tivesse o mandato mais longo, ou que tivesse coordenado alguma discussão de fundo. O CNPq não dá nenhuma divulgação ao que o CA sugere, reclama, etc. O processo não tem visibilidade ou divulgação alguma. Os comitês reclamam das mesmas coisas há anos, o relatório parece não ser lido por ninguém, o que importa é a listagem final das pesquisas e pesquisadores

contemplados. Não existe transparência alguma no processo, o CA presta um serviço sob demanda do CNPq para a comunidade científica, mas o CNPq não dá visibilidade ao trabalho do CA. Ao julgar com critérios que não são os melhores, enfrentamos um sério problema e somos defrontados com a insatisfação da comunidade. Ao mesmo tempo, é difícil propor novas maneiras de avaliar, criticar por criticar é muito fácil. Precisamos de critérios concretos que pudessem ser utilizados já nas próximas avaliações. A questão de qualidade da produção científica é complicada, indicadores bibliométricos tentam captar essa qualidade, mas todos os indicadores disponíveis tem problemas. Como pode a comunidade científica adotar um único indicador, seja ele o fator de impacto, índice H ou outro, e não um conjunto de indicadores? Precisamos discutir no fórum como avaliar pesquisadores, o CA precisa de ajuda, poderíamos identificar quais as pessoas que têm bolsa e não deveriam ter, quais as pessoas com bolsa que não são da área de SC, essa é uma das preocupações do Comitê de Avaliação.

Lígia Martini: (coordenadora do único programa de nutrição em SC que ainda se mantém no Fórum) Os docentes avaliaram a migração do programa que está dentro da área de saúde coletiva para área de nutrição e não identificam que seja adequada essa migração, a maioria dos docentes publica e atua em SC.

Maria Novaes: A área de SC nasceu com uma dupla militância, ser ator político e também produtor de conhecimento, e teve que entrar na regra do jogo. A área ganhou legitimidade e hoje pagamos um preço por isso. Será que vendemos a alma ao diabo? A área está presente na pesquisa, extensão, intervenção, atuação política etc. – ou seja, vivemos hoje um dilema na forma de equilibrar as prioridades. O fórum deve se dedicar a uma possível atuação junto ao CNPq e junto à agenda política de ciência e tecnologia do país. Precisamos nos articular com as comissões as mais diversas da ABRASCO, essa não é uma questão apenas para o Fórum de PG. Para nos fortalecermos temos que nos juntar aos pesquisadores em outras comissões, não devemos nem conseguiremos liderar uma mudança nesse panorama de forma solitária.

INTERVALO PARA ALMOÇO

14h00 – 15h00 – Taxonomias CNPq e demais agências

Expositor: Kenneth Camargo

Iniciou sua apresentação dizendo que o tema não deveria ser só a taxonomia, tendo em vista que este tema é restrito e nós já temos uma proposta, que é deixar para trás a atual subdivisão e adotar o que é consenso na área (Epidemiologia, Políticas Planejamento e gestão e Ciências Sociais e Humanas em Saúde). Lembrou que há alguns anos o próprio CNPq tomou a iniciativa de rever a taxonomia, e propôs uma série de coisas desastrosas, como colocar-nos num CA junto com Economia Doméstica. Houve uma grita enorme, chegou-se a uma proposta de consenso sobre a revisão, e o processo parou e nunca mais se falou nisso. Estamos repetindo há anos essa demanda, sem nenhum sucesso, o que indica que devemos pensar em

alternativas de ação política, possivelmente indo direto ao ministro de C&T, ao qual o CNPq está subordinado.

O processo de avaliação prevê um ranqueamento, não existe verba para todos. Ao colocarmos áreas muito diferentes junto, comparamos padrões de produção de conhecimento muito diversos. Com relação à CAPES, a inclusão do qualis livro beneficiou a área de Ciências Sociais, no entanto, para grupos da área de Planejamento e Políticas essa questão não se resolve, já que a produção dessa área inclui muitos relatórios e documentos técnicos não incluídos nas atuais avaliações.

Na última avaliação de PQ a epidemiologia foi avaliada separadamente de medicina preventiva ou saúde pública, os recursos disponíveis foram separados – objetivou-se evitar a concentração de bolsas em epidemiologia. Discussão entre membros do CA sobre os critérios e pesos (para pesquisadores das áreas de ciências humanas e planejamento foi incluída produção até B3+livros e capítulos). Com relação à coletânea, houve trava de 2 capítulos, pretende-se utilizar a mesma taxonomia para volumes especiais (ex: volume especial cujo autor aparece em 10 artigos, só seriam contados 2), e a organização contaria um capítulo.

Há necessidade de discutirmos regras para a avaliação de pesquisadores também no CNPq, uma vez que conseguimos um bom resultado com nosso esforço em relação à CAPES. Os indicadores precisam ser revistos, mas não podem ser arbitrários, é preciso ter consenso. É complicado saber como avaliar o que é relevante. A bolsa de produtividade objetiva premiar os melhores pesquisadores, que devem publicar sim, mas precisam ter uma inserção diferenciada (ex: ser de corpo editorial, membro de avaliação de outras instituições, revisor de revistas diferentes...), e para incluir esse tipo de produção são necessários indicadores qualitativos. Deveria haver uma melhor definição do que seria uma pessoa produtiva na SC. Alguns pontos pareceram de consenso: estar como DP em um programa de SC contribuindo com a formação de novos pesquisadores da área, veicular a maior parte de sua produção em revistas da área, participar dos congressos mais importantes da área e de grupos de pesquisa registrados como tais no diretório do CNPq, etc. Deve haver uma proposta concreta para a delimitação do campo da SC não em termos de fronteira, pois a área é essencialmente interdisciplinar, mas no sentido da definição do que seria o núcleo duro (*hard core*) da SC.

A representação no CA deve ser revista, não se sabe como os membros são selecionados, essa é uma discussão política e precisa contar com apoio da CAPES. Como se trata de uma consulta, se acentua o caráter pouco democrático do processo de designação do CA; apenas pesquisadores 1 votam e são votados, e não há garantia nem de que o mais votado seja de fato o indicado pela direção do CNPq. Isto pode levar a um descompromisso dos membros do CA com relação à própria área: na prática a representação fica enfraquecida. E também fica comprometida pelo fato de votar somente os pesquisadores 1, excluindo grande parte da comunidade científica.

Houve ao longo da tarde várias manifestações no sentido de valorizar o tipo de debate que estava sendo travado no Fórum, como algo desejável de acontecer com mais frequência.

Expositora: **Rita Barradas**

Quem somos hoje (60 PPG com 82 cursos, a maioria programas amplos em SC, poucos são mais focados em áreas específicas – epidemiologia, bioética, saúde da mulher...) (ver apresentação no site)

Destacou a importante diferença analítica a ser considerada entre a área como área de aplicação técnica, a área como campo de conhecimento e a área enquanto espaço político de distribuição de recursos. Há em jogo uma escolha, se dizemos sim a uma bolsa de produtividade para alguém com vínculo fraco com nossa área estaremos dizendo não para alguém que é claramente de nossa área.

Foi mencionado que há problema análogo nas FAPs e nos editais PP-SUS do MS, nos quais iniciativas do MS em que temas claramente da SC são cooptados para pesquisa clínica ou de outro tipo.

Rita, coordenadora de programa nota 3 do nordeste colocou que não compreende porque alguns programas decidem ser avaliados na área Interdisciplinares e outros como SC. Refere que o programa deles seria já nota 4 se migrasse para a área interdisciplinar.

Houve propostas no sentido de pensarmos formas de discriminação positiva para jovens pesquisadores e para programas com nota 3. A experiência do Ceará com bolsas de produtividade distribuídas pela FAP foi apontada como exemplar e foi proposta a elaboração de carta para sugerir essa estratégia em outros estados. Foi salientada a importância de avançarmos na reflexão sobre as linhas de pesquisa e sobre os modelos pedagógicos e estruturas curriculares, valorizando uma quantidade mínima de conteúdos da área como um todo, para preservar a coerência.

A coordenadora de área Rita Barradas ressaltou algumas questões que precisam ser aprofundadas:

Qual consenso para um grupo poder pleitear SC como área madrinha?

Qual é o conhecimento mínimo das formações que norteiam o campo e devem ser observadas na formação de MPH e PhD?

A maior parte da produção do pesquisador deveria ser na área de SC, assim como seus grupos de pesquisa e vinculação à PPG. CAPS poderia ser “ad hoc” dos CAs do CNPq e vice-versa, de forma a homogeneizar minimamente a área e os critérios de avaliação. Política, Planejamento e Gestão ; Ciências Sociais e Epidemiologia – áreas de concentração da SC deveriam ter campos obrigatórios em todos os PPG-SC

Sugestão: Propor projeto para avaliar o campo da Pós-Graduação em Saúde Coletiva, com a utilização de indicadores de avaliação aceitos como pertinentes pela área.

15h45 – 16h45 - Interfaces Graduação-Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Expositor: Roberto Medronho (UFRJ), representante do Fórum Nacional de Graduação em SC

Apresenta a experiência de graduação em SC, a qual atualmente conta com 16 cursos, a grande maioria fora do eixo Sul-Sudeste. A primeira turma irá se graduar em 2011, havendo grande organização dos discentes para decidir questões práticas acerca de criação (ou não) de conselho profissional, sindicato, discutir áreas de atuação etc.

Lembra que os debates iniciais sobre se criar ou não a graduação em SC já foram superados pela realidade, porém existem ainda muitos questionamentos sobre, por exemplo, se cabe a ABRASCO ou não nuclear os cursos; se é oportuno ou não, etc. O que faz um bacharel em SC? As portas que estão se abrindo são as mais diversas e ele sustenta que não deveria ser preocupação da Universidade se ocupar com o Mercado. Disse não haver preocupação das graduações em tornar a ABRASCO uma entidade de defesa profissional e não científica, pelo contrário. Em sua opinião, a graduação em SC não impedirá a multidisciplinariedade, mas influenciará provavelmente nos conteúdos básicos das nossas pós. A SC da UFRJ será a primeira a ser avaliada pelo MEC e a URGS a segunda. Existem 12 cursos em Universidades Federais, com mais de 1000 alunos. A experiência mostra-se interessante, inclusive pela interação de alunos de graduação de SC e medicina, alunos de IC de SC e pós graduandos em SC, etc. Espera-se formar profissionais capazes de promover políticas públicas saudáveis em várias áreas.

Medronho sugere que a inserção desses profissionais nos cursos de PPG-SC terá um impacto claro nos programas. Por exemplo, em alguns anos talvez não seja necessário oferecer disciplinas como bioestatística 1 e introdução à epidemiologia, esses alunos já lêem autores clássicos do campo desde o primeiro semestre.

Após a apresentação, alguns coordenadores salientam que, embora alguns desses alunos graduados em SC possam ser absorvidos por PPG, muitos poderão ir trabalhar em serviços de saúde, gestão e outros campos. E que os PPG-SC continuarão recebendo alunos médicos, psicólogos, advogados etc., dos quais muitos nunca tiveram uma aula de bioestatística ou epidemiologia. A reforma curricular de PPG não pode se pautar nessa questão. Um coordenador relata que graduandos do curso de obstetrícia da USP estão enfrentando grave problema para serem absorvidos pelo mercado de trabalho, uma vez que se formam como 'obstetrix', e não como enfermeiros ou médicos com especialização em obstetrícia e não obtêm o reconhecimento legal para poder exercer a atividade.

2º DIA: 13/05/2011

8h30 – 9h30: Os índices de impacto – Prof. Konradin Metzger

Professor da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, que com apresentação baseada na discussão proposta no seu artigo:

Bureaucrats, researchers, editors, and the impact factor: a vicious circle that is detrimental to science. Clinics, 2010, vol.65, no.10, p.937-940. (disponível em <http://www.scielo.br/pdf/clin/v65n10/v65n10a02.pdf>)

Apresentação bastante assertiva e crítica acerca dos indicadores atualmente utilizados por revistas científicas e agências de fomento para mensurar 'qualidade' científica de trabalhos publicados e, conseqüentemente, dos pesquisadores. Dr Konradin expôs sua preocupação com a produção científica e os efeitos da institucionalização do fator de impacto. Aponta a oscilação do valor de impacto como flutuação estatística que torna palatável o seu uso político em nome da Ciência.

O valor do Fator de Impacto é utilizado como ponto de corte para classificação de periódicos nacionais e, quando esta classificação é adotada como parte nuclear da avaliação de programas de Pós-Graduação, a sua flutuação torna-se importante não somente para a classificação de revistas, mas também para os programas de PG.

O fator de impacto caracteriza-se pelo seu potencial de uso contínuo ao apresentar o índice de forma anual possibilitando o monitoramento das citações da revista ou do autor(s). No entanto, há potencial risco de manipulação do Fator de Impacto pelos periódicos, tanto na prática de auto-citação dos autores como na auto-citação da revista.

Recomenda moderação no uso do Fator de Impacto, postura menos ingênua quanto ao discurso da necessidade da utilização de publicações recentes (preferencialmente de dois últimos anos, por exemplo), análise dos artigos observando a auto-citação nas referências bibliográficas e consideração da instabilidade do sistema, face à tensão entre burocratas, pesquisadores e editores. Ressalta ainda a necessidade de divulgação do tema aos discentes de PG sobre as implicações do uso de indicadores bibliométricos na PG e na prática dos pesquisadores.

Principais questões apresentadas:

Impact factor não representa a mediana de citações, e sim a média. Para distribuições assintóticas, isso é um erro grave, existe grande oscilação anual, o que prejudica esse tipo de avaliação. O palestrante sugere que todos os coordenadores de PPG-SC acessem o seguinte artigo científico:

Amin, M. & Mabe, M. (2000.) Impact factor: Use and abuse. *Perspectives in Publishing*, 1, 1–6. (disponível em: http://www.elsevier.com/framework_editors/pdfs/Perspectives1.pdf)

Segundo o palestrante, esses autores demonstram que dependendo do tamanho da revista, Impact Factor pode ser mais ou menos adequado, sendo bastante inadequado para revistas com poucos volumes ao ano (ex: 80 ou menos). O palestrante argumenta que o Impact Factor é inadequado e reflete uma ciência “pobre”, uma total inadequação de indicador para análise de qualidade da produção científica.

O palestrante menciona a publicação “Ethical authorship and publishing” Andrew J.S.Coats (*Int J of Cardiology* 131(2009):149-150. Nessa publicação, o editor da revista *International Journal of Cardiology* pede que seu artigo seja citado para referenciar as normas de publicação de sua revista. Com isso, ele aumenta a citação de seu artigo e de sua revista, conseqüentemente, aumentando o *impact factor* da revista.

Outra publicação sobre o tema foi resultado de ampla discussão entre os editores de revistas científicas da Europa (EASE - *European Association of Science Editors*), os quais publicaram o documento “EASE statement on inappropriate use of impact factor”, disponível através do site http://www.ease.org.uk/statements/EASE_statement_IFs_final.pdf.

Eugene Garfield, criador do indicador ‘Impact Factor’ publicou em 1998 um artigo intitulado “The impact factor and using it correctly” *Der Unfallchirurg*, 48(2) p.413, June 1998. (disponível em inglês através do site: [http://garfield.library.upenn.edu/papers/derunfallchirurg_v101\(6\)p413y1998english.html](http://garfield.library.upenn.edu/papers/derunfallchirurg_v101(6)p413y1998english.html))

Nesse artigo, Garfield critica a utilização ‘atual’ (isso em 1998) do indicador criado por ele mesmo por editores e autores.

Outra questão que interfere bastante no indicador ‘impact factor’ é a auto-citação, essa influência é tão importante que o ISI apresenta ‘impact factor’ com e sem *self-citation*. ISI retira de seu site revistas com *self-citation* que tenham índice muito alto, algumas revistas chegam a ter mais de 90% de *self-citation*. Embora essa prática seja recomendada, sabe-se que algumas revistas foram poupadas dessa exclusão, incluindo uma revista sobre economia dos EUA que tem índices bem altos de auto-citação. O indicador de fator de impacto está, pode-se assim dizer, ‘*sub judice*’. Algumas outras leituras importantes sobre o assunto:

“The impact factor game: It is time to find a better way to assess the scientific literature”, *Plos Medicine* (<http://www.plosmedicine.org/article/info:doi/10.1371/journal.pmed.0030291>)

Em suma, nos vemos em uma encruzilhada na qual cada um olha o problema sob sua perspectiva particular. Segundo o palestrante:

Bureaucratic: look for a quickly and simple method

Researchers: forced to publish in journals with highest impact factor

Editors: trying to increase their journal impact factor

ISI – God...

We are facing a vicious circle, measurements strongly influence measured variable through a sort of ‘feedback loop’, with increasing system instability – excessive self-citation and title suppressions.

Palestrante encerra a apresentação reforçando a importância de que coordenadores de PPG-SC, CAPES, CNPq e diversas instâncias acadêmicas estimulem esse debate, uma vez que o engessamento da atual avaliação e a utilização de critérios inadequados para dizer o que é ‘boa ciência’ e quem são os ‘bons cientistas’ interfere na qualidade de nossa prática profissional, decisões sobre publicação, orientação, docência, etc.

Kenneth: Concorda com os pontos apresentados pelo palestrante e cita como exemplo o *New England Journal of Medicine*, revista na qual existe forte influência da indústria farmacêutica. Essa indústria financia diversos ensaios clínicos (*clinical trials*), os quais são publicados no NEJM, a cada publicação a indústria compra grande quantidade de separatas dos artigos que relatam resultados de seus estudos. Essas separatas são amplamente distribuídas para profissionais e serviços de saúde, permitindo uma maior circulação (e citações) desses artigos, uma vez que esses artigos tendem a circular no meio acadêmico e clínico muito mais do que o próprio jornal. Ao tirar esses artigos de seu escopo, o *impact factor* do *New England* cairia bastante (mais de 10 pontos), e o mais importante: a captação de recursos do NEJM cairia quase 40%!

9h30 – 10h30: Síntese dos ‘Grupos de trabalho – Fórum São Luis’

Moderadora: Maria Amélia Veras (FCMSC-SP)

Inclusão de pauta:

1. Concessão de Bolsas com vínculo: Sobre o Ofício Circular nº32/2011-CDS/CGSI/DPB/CAPES sobre cadastramento de Bolsistas com Vínculo, de 02 de maio de 2011, Nota sobre acúmulo de bolsa e vínculo empregatício Portaria Conjunta CAPES-CNPq nº 01/2010 e imediata suspensão de bolsa:

Problema:

- redação ambígua da portaria conjunta CAPES/CNPQ e interpretação diversa que ocasionou a seleção de bolsistas com vínculo sendo posteriormente desautorizada pela CAPES;
- determinação da suspensão imediata das bolsas concedidas pelos programas sob a pena de punição- devolução do dinheiro e retiradas bolsas das quotas dos programas-, no caso de não cumprimento;

- posição das Pró-reitorias de PG em acatar/submeter à solicitação;
- incertezas na interpretação da Portaria.

Sobre o problema:

- Rita Barradas esclareceu sobre a pouca vinculação da CAV com a Diretoria de Programa de Bolsas no país e que poderia levar à Presidência da CAPES, a inquietação gerada pelas interpretações da portaria conjunta;
- Mariângela, considerando o efeito em cadeia da punição (CAPES pune com redução na concessão de bolsa a IES que não atender a solicitação imediatamente que por sua vez pune os programas que não atenderem a solicitação), sugere que:
 - as Pró-reitorias de PGs façam uma consulta jurídica sobre a suspensão da bolsa e as punições;
 - solicitar da CAPES posicionamento sobre as interpretações da Portaria Conjunta e recorrência do problema de bolsistas com vínculo em diversos programas,
 - sugere que CAPES assumo o ônus
- A nota gerou outra questão sobre o vínculo, quanto ao existir antes ou depois da concessão da bolsa (ex, percepção de salário de professor substituto somente depois da bolsa de Demanda Social é permitida nas IFES);
- Diante da ambiguidade da Portaria Conjunta e da Nota de esclarecimento, para contemplar as indicações constantes no esclarecimento da Nota há necessidade de revogação da Portaria e emissão de nova portaria.

Encaminhamentos:

- **Elaboração de uma nota do Fórum de Coordenadores de PG em Saúde Coletiva a ser encaminhada pela nossa representante à Presidência da CAPES, ao Fórum de Pró-Reitores e Pesquisa (FOPROP) solicitando que medidas punitivas não sejam implementadas;**
- **Mobilização junto aos discentes que estes mobilizem a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e as associações de discentes locais para manifestação sobre a Nota e posterior encaminhamento à respectiva Pró-reitora de PG e à CAPES;**
- **A cada Coordenação de PG em Saúde Coletiva, encaminhar nota do Fórum à respectiva Pró-reitoria.**

2. Sobre a não liberação do recurso do PROAP e dificuldade na gestão do programa:

Problema:

- Não liberação de recursos dos PROAP, principalmente nas IFES, ocasionando problemas na gestão dos programas no momento das defesas (pagamento passagens, hospedagens para a banca externa)

Encaminhamento:

- **Nota do Fórum à CAPES, situando o problema e solução ao problema, uma vez que o Fórum não tem governabilidade sobre o problema, a ser elaborada em momento oportuno, após a resolução da crise das bolsas.**

PAUTA: GT Revisão do Qualis Periódicos – Profs. Drs. Kenneth Camargo (IMS-UERJ) e Ivan França (USP)

- Composição do GT:
- Denise M. Coviello (UNISANTOS)
- Ivan França Junior (FSP-USP)
- Karen Glazer Peres (UFSC)
- Kenneth R. Camargo (IMS-UERJ)
- Leny Trad (ISC-UFBA)
- Marcos P. Pattussi (UNISINOS)
- Maria Teresa B. Teixeira (UFJF)
- Sotero S. Mengue (UFRGS)

1. Proposta:

- Revisão do Qualis Periódicos de Saúde Coletiva por meio de separação dos periódicos em dois grupos:
 - Grupo 1 - revistas que se dedicam a disseminar investigações em epidemiologia, em ciência geral, biologia, ciências biomédicas e especialidades clínicas (medicina, enfermagem, psicologia, odontologia, nutrição, fonoaudiologia, fisioterapia, educação física; entre outras) formaria um grupo;
 - Grupo 2 - revistas que se dedicam a disseminar investigações em saúde pública geral ciências sociais, planejamento e gestão, política de saúde e periódicos temáticos (saúde e ambiente, saúde mental psicossocial, saúde e trabalho, saúde materno-infantil, bioética, educação etc), também incluídas as que, mesmo de especialidade, focam aspectos sociais, formando, assim o outro grupo.
- Exemplo de uso diferenciado de indicadores em sub-áreas pela Ciências Biológicas I;

- Operacionalização: definição de pontos de corte distintos para cada um deles compondo as cotas por estratos para ambos os grupos;
 - Antecedentes: retomada dos indicadores em uso (Triênio 2007-2009) --> Fator de Impacto do JCR, Índice H do SCImago (por ser mais estável que Fator de Impacto), Indicadores Scielo (por privilegiar revista nacionais);
2. Decisões necessárias para implementação da proposta:
- 1ª DECISÃO: **Houve sinalização positiva na direção de dois grupos mas não houve decisão e deverá haver discussão e decisão após a finalização dos trabalhos**
 - No caso de SIM, a proposição para encaminhamento seria:
 - Etapa 1: classificação das revistas por grupos 1 e 2. Já foi classificado, sem distinção como G1 todas as especialidades clínicas, exceto às que já conhecemos que dirigem-se ao social. A polêmica persistente foi o que fazer com algumas revistas clínicas, em especial, Psicologia, Enfermagem e Educação Física. Faltam ainda aproximadamente 100 periódicos do triênio anterior e 200 de 2010 para serem classificadas.
 - Etapa 2: Disponibilização dessa planilha preliminar para consulta aos PPG e seus orientadores;
 - Etapa 3: Consulta aos PPG, até julho de 2011, no qual os PPG e seus orientadores reivindicariam mudanças específicas de classificação, com argumentação fundamentada no escopo e repertório das publicações: **a ser detalhado;**
 - Etapa 4: O Grupo Qualis , em agosto, debateria e decidiria caso a caso. O processo seria todo documentado e envolveria voto, se fosse o caso, na próxima reunião do Fórum.
 - 2ª DECISÃO: Definição da estratificação dos periódicos da Saúde Coletiva:
 - Que indicadores serão utilizados para estratificação?
 - Índice H, da Base Scopus para as revistas internacionais **e/ou (?)**;
 - Distribuição do Índice H de periódicos do Qualis Saúde Coletiva, SCImago, ano 2009 **e/ou (?)**;
 - Distribuição do número médio de citações de periódicos do Qualis Saúde Coletiva, SciELO, ano 2010
3. Dúvidas e ponderações emergidas no debate:
- Dúvidas

- Quais são os periódicos da área de Saúde Coletiva? As que contribuem para a construção do campo?
- Quais são vantagens (pontos positivos e negativos) de publicar em grupo 1 e 2? Corre risco de essa estratificação valorizar áreas temáticas da Saúde Coletiva?
- Pode influenciar uma determinada área para uma direção? Qual risco/consequência? Risco de indução? Artificializar tendência?
- Simulações em relação à mediana e ao percentil 80? Como ficaria com esses dois grupos Triênio 2007-2009 (simulação)?

A proposta dos membros do GT é que os coordenadores avaliem a classificação feita, tendo como base o escopo da revista ou a avaliação acerca do repertório de publicações da revista, para confirmarmos (ou não) a classificação da revista como G1 ou G2.

No próximo fórum o resultado dessa consulta aos coordenadores será apresentado para que o fórum chancele as decisões. Ainda existem em torno de 200 periódicos que o GT não conseguiu classificar, dúvidas permanecem. O GT tem até agosto para fechar a listagem, objetivando encaminhar a classificação para a representante da área de SC junto à CAPES, de forma a permitir uma discussão junto ao CTC (Conselho Técnico-Científico da Educação Superior) e instâncias superiores.

Segundo as simulações feitas, revistas classificadas como G1 precisariam ter um índice H muito maior do que as revistas do G2 para alcançarem estratos altos de classificação (ex: A1 e A2).

Aloísio sugere ponderar também pelo número de artigos publicados em cada revista, de forma a suavizar o efeito das revistas com muitos volumes.

Kenneth: reforça a sugestão de Aloísio, pois o número de artigos citados depende diretamente do número de volumes e artigos publicados por cada revista

Rita: CAPES está aberta à revisão e novas propostas, as quais deverão ser submetidas ao CTC para aprovação. Revistas até B3 são consideradas como revistas com qualidade pela CAPES, mas revistas A1, por exemplo, tem circulação maior e são mais lidas do que revistas B3

Coordenadores ressaltam a disparidade de classificações entre áreas. Rita está avaliando **todas** as revistas que estão no qualis (de todas as áreas), tentando elaborar uma lista única, recalculando os escores e pontuação dos programas. Objetivo é subsidiar a elaboração de lista única, famoso qualis único, no qual a classificação da área de origem seria adotada.

Participantes lembram que a classificação de revistas tem poder indutor enorme, existe uma tensão entre fortalecer determinadas revistas e campos de saberes e correr o risco de minimização de outros campos.

Participantes discutem os prós e contra de adotar um Qualis único, o qual adotaria a classificação da área mãe. Um possível problema do Qualis único refere-se ao fato de que estaríamos elaborando uma lista única que seria baseada em diversas formas de classificação. Não podemos considerar que as diversas áreas do saber tenham critérios de classificação que possam ser, minimamente, considerados como equivalentes – isso pode não ser verdade. Podemos ter classificações mais ou menos rígidas, mais ou menos adequadas etc.

- Ponderações
 - O Índice H não é indicado para pontuar as publicações internacionais na área de Ciências Sociais em Saúde;
 - Do total 1.642 revistas pontuadas no Qualis Saúde Coletiva, 87 presentes no Scielo não depuram a auto-citação (que é uma prática nas revistas da Enfermagem);
 - Risco de migração da produção da área para revistas de interface apesar da defesa que a opção em publicar em um grupo ou outro é decisão do pesquisador, pois é ele que define com quem irá dialogar, para que público alvo; forma de redução desse risco será incluir a publicação na área de Saúde Coletiva como mais um critério de avaliação de produção intelectual;
 - Frente à variabilidade e diversidade dos periódicos, a estratégia para classificação e estratificação será a adoção do princípio da equanimidade;

4. Encaminhamentos sugeridos para GT:

- Pauta para próximo Fórum: discussão com os editores de periódicos do campo de Saúde Coletiva;

PAUTA - GT Subsídios para o CNPq – Maria Novaes (USP) Maria Lúcia Bosi (UFC), Sergio Freitas (UFSC)

Em relação a essa pauta, Dra Maria Novaes, informa que o documento a ser encaminhado para o CNPq após o Fórum em Maranhão foi elaborado conforme as sugestões definidas na reunião e divulgado para os programas.

Para aprofundar o conhecimento sobre essa Política de C&T, a bolsa de produtividade, devem ser analisados os dados disponíveis no site do CNPq, para caracterizar os investimentos

realizados nos últimos anos, e sua distribuição pelas grandes áreas. O CNPq não tem dados disponíveis no site por sub-áreas, apenas para a Área de Saúde no qual incluem Medicina, Enfermagem e outros. Foi solicitado ao coordenador do Comitê Assessor de Saúde Coletiva, Professor José Eluf Neto, que encaminhasse solicitação à área de Informação do CNPq da disponibilização dos dados diferenciados para a sub-área de Saúde Coletiva para o período 2000 a 2009, com informações sobre bolsas demandadas e bolsas concedidas, para cada sub-área, que permitam caracterizar a demanda e proporção de bolsas concedidas, de forma comparativa e ao longo do tempo. Estamos aguardando o fornecimento desses dados.

Há necessidade de aprofundar as discussões sobre que indicadores utilizar na caracterização da necessidade de bolsas, por sub-área da Saúde. Uma idéia inicial seria utilizar os indicadores utilizados pela CAPES para caracterização das áreas de Pós-Graduação: número de programas de PG, % de programas >5, número de docentes permanentes, perfil de produção científica etc.

Encaminhamentos sugeridos para GT:

- **Fortalecimento do grupo com inclusão de membros adicionais: Monica Malta (ENSP), Kenneth (UERJ),**

- **Desenvolver atividades em duas frentes: 1) realização do estudo e 2) organização de grupo ampliado (diretoria ABRASCO, membros de outras comissões) para atuação política, como recomendado no debate do Fórum no primeiro dia da reunião.**

GT Avaliação de produtos técnicos – Rosana Onocko (UNICAMP), Raimunda Silva (UNIFOR), Maria Salete Bessa Jorge (UECE), Marina Atanaka dos Santos (UFMT)

O **GT Avaliação de produtos técnicos** realizou um inventário das produções técnicas registradas por alguns programas. Desse inventário classificou-se por a produção técnica por finalidades: ensino, prestação de serviço, divulgação e produto. Recuperou-se a matriz de informação do Sistema Coleta CAPES com a intenção de verificar como as informações estão armazenadas. Dentro de possíveis cruzamentos dos dados, levantou-se o que considerar como indicadores para estratificação de uma variabilidade imensa de dados.

Os produtos técnicos têm estreita relação com serviços, sociedade e com a responsabilidade social do PPG e do campo de SC. São avaliados no item 4.3 do relatório CAPES Alguns dos itens que são avaliados incluem:

- Eventos, congressos, oficinas etc : devemos elaborar um “qualis evento”?
- Assessoria: informação sobre instituição nacional e internacional, não existe informação sobre atuação local ou regional
- Consultoria: revisor de periódicos, eventos, CNPq, FAPs
- Cursos de curta duração (EAD, cursos com menos ou mais de 40hs, especialização, aperfeiçoamento...)

- Desenvolvimento de material didático e instrucional
- Editoria: membro de conselho editorial nacional ou internacional
- Relatório de pesquisa: disponibilidade (restrita ou irrestrita) e meio de divulgação
- Organização de evento: nacional, internacional, tipo
- Apresentação de trabalho: nacional, internacional, tipo de participação (palestra, moderador...)

O que significa produção técnica na avaliação da CAPES? Essa produção corresponde a **apenas 8%da avaliação total**, é uma produção que não é valorizada pela CAPES, embora reflita a presença da pós em meios extra-acadêmicos. A produção técnica reflete um compromisso social do programa que não é pontuado adequadamente, segundo o GT. Devemos valorizar produções internacionais em detrimento de ações nacionais? Essa indução teria ônus para atividades as mais diversas que tenham sido elaboradas no nível local ou regional. O GT questiona o peso que é dado na produção técnica pelo relatório CAPES. Esse tipo de produção reflete o impacto local e regional e as ações sociais do PPG. Avaliação da produção técnica é feita por docente permanente, ou seja, é preciso apresentar isso separado no relatório anual que é enviado à CAPES.

Rita Barradas: O que está no coleta-CAPES é o que está no CV Lattes, um instrumento muito ruim para fazer essa importação de produção técnica. Sugere pensarmos em formato padronizado para que PPG colem essa informação junto aos seus docentes de forma uniformizada, e que poderia subsidiar a avaliação, incorporando itens que não estão presentes no CV Lattes. A Comissão de Avaliação, tem acesso apenas ao Caderno de Indicadores, que não apresenta os dados alimentados sobre produção técnica no Coleta Capes.

A Produção Técnica enquanto espelho do retorno social dos PPG de SC, além dos dados fornecidos pelo Caderno de Indicadores, poderiam ser valorizados pelo programa inserindo informações para avaliação qualitativa no item de "inserção social" da Proposta de Programa. Para tal, Rita sugere um rol de informações combinadas no Fórum para serem incluídas na Proposta de Programa. Este roteiro teria intuito de padronizar as informações a serem incluídas. O Indicador de Produção Técnica é um indicador *vital* e deverá ter peso distinto para o Mestrado Profissional. Para a Comissão de Avaliação, a grande dificuldade reside em avaliação de Produção Técnica de cada docente. Atualmente, o indicador utilizado é a média da produção por docente permanente.

No entanto, para outros coordenadores, outras definições ainda *primárias* se fazem necessárias como: O que é Produção Técnica para PPG em SC? Quais são as suas características? Como determinar a relevância? Respostas a essas perguntas possibilitarão identificar a produção do campo e permitir a valoração de forma equânime.

Encaminhamentos sugeridos para GT:

- incorporar no *GT Avaliação de produtos técnicos* os membros da Comissão de Avaliação que sistematizaram e avaliaram a Produção Técnica do Triênio 2007-2009. Recomendou-se entrar em contato com Dr Moisés Goldbaum, responsável pela avaliação desse quesito;
- retomar e qualificar as discussões anteriores sobre produção técnica, especialmente as realizadas pelo GT Mestrado Profissional;
- Propor definição de Produto Técnico no PPG em SCo, levantar as suas características e, indicar as valorações para próxima avaliação

12h00-13h00 - Avaliação dos programas e prospecção da PGSC – novas pactuações; avaliação dos Mestrados Profissionais

Moderadora: Rosana Onocko

Expositoras: Maria Amélia (FCMSC-SP) e Leny Trad (UFBA)

A SC tem 19 MP, haverá mesa no congresso de epidemiologia sobre MP, com representante da CAPES, área de odontologia, a qual também tem 19 MP. Fórum nacional de MP solicita indicação de 2 nomes que formariam as comissões de avaliação. Os Fóruns passam a ter força junto a Capes e já há lista de 6 sugestões de nomes para compor a comissão de avaliação dos MP. A mensuração da produção técnica é muito importante para MP principalmente valorizando a tecnologia em saúde e refinando os conceitos de tecnologia.

Coleta-CAPES: indicadores iguais ao mestrado acadêmico são inadequados (ex: DP participar de atividades de docência, orientação e pesquisa), instabilidade do grupo de DP no triênio (quadro é, por definição, instável. Os cursos tendem a ser descontinuados), muitos programas tem % grande de DP credenciados que não são da instituição mãe (ex: gestores, SES....), são permitidos 40% de DP que não tenham vínculo direto com instituição e mesmo que não tenham titulação, mas sim experiência comprovada na área.

Algumas decisões já foram tomadas:

- redefinir indicadores para permanência de docentes no curso,
- constância no ensino, orientação e projeto de pesquisa,
- pensar se vai manter o DP por triênio,
- distribuição nas 3 funções - ensino orientação e pesquisa; e
- o programa será penalizado se tiver docente que não seja DP;

Rita Barradas: avaliação da CAPES caminha para avaliar o MP por turma (24 meses) e não por triênio. Já existem comissões específicas para MP, algumas áreas que possuem apenas 1 ou 2 MPs foram agregadas, segundo suas especificidades. DP só pode pertencer a dois programas da mesma instituição, ou seja, um DP pode estar no MP e no MA, mas não em dois PPG da mesma instituição. Esclarece que a CAPES aceita até 40% de docente com reconhecida competência, desde que tenha vínculo com outra instituição, a avaliação seria por turma de MP, a CAPES já instituiu comissão para avaliar o MP e quando uma instituição só

tem um programa este será inserido como sub-comissão junto aos outros e, ainda a CAPES está propondo uma comissão única para avaliar o MP.

13h00 – Encerramento do Fórum - Local do próximo Fórum: Fortaleza

Data: a ser definida: já confirmada, consoante decisão em debate virtual, para 24 e 25 de novembro de 2011

Reladoras: Monica Malta (ENSP), Rosana Onocko (UNICAMP, Marina Atanaka (UFMT), Raimunda Silva (UNIFOR). Síntese dos relatórios: Maria Novaes (DMP/FM/USP). Revisão: Maria Lucia Bosi